

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Ata nº. 13/2014

No dia dez de dezembro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Junta da Freguesia de Ermesinde, com a presença do Presidente Luís Miguel Mendes Ramalho e dos Vogais, Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva, Teresa Marta Correia de Sousa Raposo da Silva Teixeira, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, João Fernando da Costa Morgado, Adelino Joaquim Machado Soares e Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa. -----

A reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período antes da Ordem do Dia -----

a) Informações: -----

Relatório do Gabinete de Ação Social-----

b) Intervenção do público -----

Ordem do Dia -----

Ponto um – Discussão e Aprovação das Atas nº 10, 11 e 12 de 2014; -----

Ponto dois – Discussão e Votação da Adenda aos Acordos de Execução proposta pela Câmara Municipal de Valongo -----

Ponto três – Deliberação sobre as tolerâncias de ponto na quadra natalícia -----

Ponto quatro – Deliberação sobre o congelamento de taxas para 2015 -----

Ponto cinco – Discussão e votação de: -----

5.1. – Mapa de Pessoal para 2015; -----

5.2. – Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2015 -----

Ponto seis – Discussão e Votação do Regulamento da Feira -----

Ponto sete – Prorrogação do prazo para entrega, por parte das Associações, das candidaturas aos apoios em 2015 -----

Ponto oito – Deliberação sobre apoios no âmbito do Fundo de Emergência Social -----

Ponto nove - Intervenção dos Elementos do Executivo; -----

No início da reunião, o Sr. Presidente cumprimentou os presentes na sala e de imediato passou às informações dizendo: -----

Foram já concluídas as instalações das ornamentações nas rotundas e espaços ajardinados da cidade, no âmbito do Concurso de Decoração de Rotundas e este ano a Câmara Municipal de Valongo, abrilhantou a nossa freguesia com decoração de natal. -----

Foi enviado o convite para o tradicional lanche de Natal com os seniores afetos ao programa "Viver Bem aos 55+", estando por ora, cerca de cento e vinte inscritos. -----

No próximo fim-de-semana será iniciada a animação de rua no âmbito das comemorações natalícias, organizada pelo Gabinete de Ação Social em conjunto com a Educação, e decorrerá em quatro pontos da cidade: Avenida João de Deus, Praça 1º de Maio, Largo da Estação e Rua José Joaquim Ribeiro Teles, uma vez que são estas zonas que possuem maior número de estabelecimentos comerciais e contará com a participação de vários grupos parceiros da Junta de Freguesia. Em relação à chegada do Pai Natal, ela acontecerá em cada um destes pontos, estando o cenário a ser montado pelos nossos trabalhadores. No dia vinte e nove de dezembro teremos a Corrida de S. Silvestre, que será organizada pelo Clube Zupper no âmbito do protocolo estabelecido com a Junta de Freguesia. -----

Informa, também, que no passado dia dois foi remetido um ofício respeitante a um dos processos que a Associação de Feirantes interpôs contra a Junta de Freguesia, relativamente ao pagamento dos feriados, tendo a Junta sido absolvida. -----

Será também iniciada a entrega dos livros escolares aos alunos das escolas, convidando os restantes membros do Executivo a estar presente.-----

Não havendo inscrições do público para intervenção, foi dado início à Ordem de Trabalhos. -----

Ponto um – Discussão e Aprovação das Atas nº 10, 11 e 12 de 2014; -----

Em relação a este ponto o Sr. Presidente pede para que sejam retiradas as atas 10 e 12, uma vez que não se encontram prontas. -----

A Vogal Carla Sousa reforça a opinião que as atas devem ser entregues com a convocatória e atempadamente. -----

O Vogal Adelino Soares refere que só teve a oportunidade de ler a ata nº 10, pelo que não se sente em condições de proceder à votação das restantes. -----

O Vogal João Morgado pergunta se a não aprovação da ata nº 11 implica que a deliberação sobre os Acordos de Execução com a Câmara Municipal não possa ser presente à Assembleia de Freguesia, ao que o Sr. Presidente responde que assim é. -----

O Sr. Presidente propõe que a discussão e votação desta ata seja adiada para uma outra sessão desta reunião, a decorrer durante a próxima semana, ainda antes da Assembleia, de modo a que possa ser incluída na sua Ordem de Trabalhos. -----

Ponto dois – Discussão e Votação da Adenda aos Acordos de Execução proposta pela Câmara Municipal de Valongo -----

O Sr. Presidente explica que o Tribunal de Contas exigiu à Câmara Municipal a inclusão desta adenda nos Acordos de Execução, nomeadamente no que concerne à cláusula de irrevogabilidade, número do compromisso e valor do acordo. -----

A adenda foi aprovada por unanimidade, com uma declaração de voto do Sr. Presidente onde refere que não obstante a posição dos eleitos pelo Partido Social Democrata em relação aos acordos de execução, a realização desta adenda prende-se apenas com questões de legalidade impostas pelo Tribunal de Contas, pelo que não faria sentido votar contra a mesma. -----

Ponto três – Deliberação sobre as tolerâncias de ponto na quadra natalícia -----

O Sr. Presidente esclarece que o Governo facultou um dia e meio de tolerância de ponto, sendo que os dias 26 e os dias 2 são facultativos, ou seja, deverão ser gozados em alternativa. A sua proposta vai no sentido de os dois dias serem cumpridos, abrindo-se a possibilidade de os serviços que não são imprescindíveis, ou seja, que não têm obrigatoriamente que estar abertos como acontece, por exemplo, com os cemitérios, possam usar de um dia de férias para que haja um encerramento completo. Esta proposta recebeu o acolhimento de todos os funcionários, que não se importam de abdicar deste dia de férias para completar a tolerância dada, até porque, todos têm ainda férias para gozar e é uma altura em que não há grande afluência de público. -----

O Vogal Adelino Soares é da opinião que, independentemente de tal ir de encontro aos desejos dos funcionários, os serviços não podem encerrar durante tantos dias, pois isso irá prejudicar as pessoas que recorrem à Junta de Freguesia e a encontrarão fechada. Sugere que os serviços trabalhem, por exemplo, a meio tempo. -----

O Sr. Presidente explica que, pela experiência de anos anteriores, a população não vem tratar de assuntos à Junta de Freguesia nessa altura, exceto no que concerne às avenças da feira, uma vez que estas são pagas até ao final do ano. Refere também que estas últimas situações estão já asseguradas. -----

A Vogal Carla Sousa questiona como serão feitas as apresentações quinzenais, respondendo o Sr. Presidente que estas podem ser feitas durante o período de quinze dias. -----

Colocado à votação foi o ponto aprovado por maioria com o voto contra da CDU. -----

O Vogal Adelino Soares apresenta uma declaração de voto fundamentando a sua posição com o facto de ser da opinião que a Junta de Freguesia tem como objetivo servir a sua população, considerando também caso único que se aceite que os trabalhadores marquem férias para se proceder ao encerramento de serviços. -----

Ponto quatro – Deliberação sobre o congelamento de taxas para 2015 -----

O Sr. Presidente começa por dizer que à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos cinco anos, ou seja, desde que o Regulamento de Taxas e Licenças foi aprovado, o Executivo tem vindo a deliberar não proceder ao aumento das taxas, muito embora tal esteja previsto. Deste congelamento exclui-se aquelas que estão ao abrigo da lei do arrendamento, tais como as habitações e o arrendamento comercial. -----

O Vogal Adelino Soares concorda com esta posição, mas adverte para o facto de não estarmos agora a congelar as taxas para depois mais tarde estas virem a ser aumentadas para o dobro. -----

A esta intervenção responde o Sr. Presidente que a lei agora diz que o custo dos serviços refletido no consumidor tem que ser o seu custo real de acordo com uma fórmula matemática, pelo que o aumento nunca poderá ser ao livre arbítrio da Junta de Freguesia. -----

Colocado o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

A Vogal Carla Sousa aproveita este final de votação para questionar se poderá ainda alterar o seu sentido de voto no que respeita ao ponto três, pois pensando melhor, considera que são muitos dias de paragem dos serviços da Junta de Freguesia, ao que o Sr. Presidente lhe responde que essa hipótese pode ser colocada ao Executivo, mas que, na verdade, uma vez encerrada a votação não há possibilidade de alterações, uma vez que o voto deve ser feito em consciência. Alerta também para o facto de estarmos a abrir um precedente e que, doravante qualquer membro do Executivo poderá alterar o seu sentido de voto mesmo no final das reuniões. Sugere que, em alternativa, esta apresente uma declaração de voto, o que foi aceite pela referida Vogal. -----

Ponto cinco – Discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2015 e do Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2015 -----

No que concerne ao Mapa de Pessoal o Sr. Presidente diz que não há qualquer alteração em relação ao Mapa anterior. No que respeita ao Plano de Atividades foi feita uma introdução no preambulo, bem como incluídas já as competências legalmente delegáveis e feita a adaptação para a nova realidade do que nos espera em referência à Ação Social. Em relação às atividades que têm data definida, estas foram já distribuídas em calendarização de modo a serem preparadas com antecedência. Convida a funcionária D.^a Lurdes Ribeiro, também presente na reunião, a proceder à explicação prática do Orçamento, o que foi feito

logo de seguida, nomeadamente sobre as receitas, acordos de execução, despesas respondendo também às questões colocadas pelos Vogais João Morgado e Carla Sousa. O Vogal Adelino Soares manifesta a sua discordância com o facto de estar já prevista uma verba para a eventual atribuição a uma empresa externa no âmbito de algumas delegações de competências, pois leva a que se pense que a intenção de contratar está já deliberada, o que não é verdade. A isto o Sr. Presidente responde que este é um Orçamento previsional e que estas rubricas devem estar já contempladas para que possam, se for caso disso, ser utilizadas. A Vogal Carla Sousa questiona a necessidade de se adquirir mais equipamento informático quando no ano anterior foi já aprovada a aquisição de computadores, ao que o Sr. Presidente responde que os computadores comprados no ano anterior foram apenas para o atendimento, sendo agora preciso substituir outras máquinas. -----

No que respeita ao PPI o Vogal João Morgado questiona se a rubrica "material de Transporte" diz respeito ao transporte efetuado nos passeios ao que o Sr. Presidente responde que esta previsão é para o caso de ser necessário adquirir uma viatura para o exercício das funções. Continua o mesmo Vogal perguntando pelos montantes a aplicar no Largo António Moreira da Silva quer na sua recuperação quer em mobiliário urbano, bem como do dinheiro indicado para o Centro de Cremação. O Sr. Presidente responde que ambos podem vir a ser objeto de financiamento através do Programa Portugal 2020, onde poderá também ser apresentada uma candidatura para a requalificação da margem do rio Leça alargada posteriormente à recuperação do Largo da Feira Velha. Considera que se for possível efetuar aqueles projetos recorrendo a fundos comunitários será melhor do que proceder a um investimento próprio, canalizando-se aqueles montantes para outras atividades. Foi também perguntado em que termos será feita a requalificação do Largo do Mercado assim como reparação dos lavadouros públicos e demolição dos restantes, ao que o Sr. Presidente responde que quanto ao Mercado tal prende-se com a ideia de reorganizar aquele espaço e quanto aos lavadouros, de uma opção ainda a tomar pela Junta de Freguesia. O mesmo Vogal realça a ideia de se atribuir bolsas de mérito aos alunos, recebendo do Sr. Presidente a explicação de que, a Junta pretende auxiliar quem, apesar dos bons resultados, tem a sua carreira académica em risco por questões financeiras. -----

O Vogal Adelino Soares tomou a palavra para chamar a atenção para o ponto que refere o desenvolvimento de esforços para o desenvolvimento da Associação de Comerciantes da Cidade de Ermesinde sendo da opinião que se já existe a Associação Empresarial e Comercial de Valongo, não há necessidade de se particularizar e criar uma outra. A isto o Sr. Presidente responde que a atividade da AEV não tem correspondido ao esperado, nomeadamente no que diz respeito à organização e divulgação de atividades para a época natalícia. -----

A Vogal Carla Sousa lamenta que, mais uma vez, a Comissão para organização do Orçamento não tenha feito mais do que a apreciação do relatório financeiro apresentado pela D.^a Lurdes Ribeiro e que tenha tido acesso aos documentos com apenas dois dias de antecedência. No que respeita ao PPI considera errado que não exista uma avaliação final do plano anterior aferindo o impacto das atividades que se foram fazendo, constatando que este Plano de Atividades não é mais do que uma repetição do que se realizou no ano passado, até porque lhe parece que mais de metade das atividades previstas não chegaram sequer a ser cumpridas, nomeadamente quanto à convocação do Conselho da Cidade e quanto à atribuição das bolsas de estudo. Questiona também se a preocupação prevista com os patos que fazem a nidificação no Rio Leça se estende àqueles que estão no Parque Urbano e o que está previsto para a dinamização dos espaços da Junta de Freguesia ao que o Sr. Presidente responde que o Parque Urbano é da responsabilidade da Câmara Municipal e que os espaços da Junta de Freguesia são usufruídos com frequência em atividades, nomeadamente nesta altura do natal para a organização de festas alusivas à quadra. -----

O Vogal Adelino Soares é da opinião que algumas das atividades previstas podem originar alguns conflitos de competências com a Câmara Municipal, como por exemplo a realização do Crematório, cujo cemitério é propriedade da Câmara Municipal; a realização de obras no Mercado e a afetação daquele espaço; a requalificação das margens do Rio Leça ao que o Sr. Presidente responde que não vê motivos para não existir entendimento com a Câmara Municipal nesse sentido e que já está até agendada uma visita ao local com um representante do exército para prestar apoio nessa iniciativa. O mesmo Vogal manifesta a sua posição dizendo que, por princípio, não defendem a existência de um Orçamento Participativo, mas sim a existência de uma Democracia Participativa em que as forças vivas do Concelho tenham uma intervenção clara naquilo que lhes diz respeito. Refere que esta Democracia poderá ser levada a cabo através do Conselho da Cidade, onde estão presentes vários elementos, designadamente representantes do tecido associativo, considerando a dinamização deste conselho de particular importância. -----

O Sr. Presidente conclui que, tendo nós um Executivo com representação de várias forças políticas, o Orçamento deverá espelhar uma ideia de consenso, mas que a referida representação leva a que existam sempre objetivos diferentes a considerar prioritários. -----

Colocado o ponto à votação foi o mesmo aprovado com três votos favoráveis do Partido Social Democrata, duas abstenções do Partido Socialista e uma da Coligação Democrática Unitária e o voto contra do Bloco de Esquerda. -----

O Vogal Adelino Soares apresentou uma declaração de voto que fica apensa a esta ata. -----

O ponto seis foi adiado para uma segunda sessão da reunião. -----

Ponto sete – Prorrogação do prazo para entrega, por parte das Associações, das candidaturas aos apoios em 2015 -----

O Sr. Presidente refere que as candidaturas estão muito atrasadas por parte das Associações, sendo necessário deliberar a sua prorrogação excecional. -----

Colocado o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Ponto oito – Deliberação sobre apoios no âmbito do Fundo de Emergência Social -----

Explica o Sr. Presidente que, à semelhança do ano anterior, esta deliberação vai no sentido de se ativar o que resta do Fundo de Emergência Social para a aquisição dos cabazes ou do bacalhau a oferecer aos nossos funcionários. -----

A Vogal Carla Sousa questiona porque é que sobra dinheiro do Fundo de Emergência Social ao que o Sr. Presidente responde que, a maior parte das vezes as pessoas são reencaminhadas para o Gabinete de Ação Social para lhes ser dadas outras respostas mais adequadas. -----

Colocado à votação foi o ponto oito aprovado por unanimidade. -----

A Vogal Esmeralda Carvalho aproveita para expressar um voto de pesar pelo falecimento do Membro da Assembleia de Freguesia, João Arcangelo. -----

Neste ponto foi a reunião interrompida. -----

Retomada a reunião no dia dezasseis de dezembro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, com a presença do Presidente Luís Miguel Mendes Ramalho e dos Vogais, Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva, Teresa Marta Correia de Sousa Raposo da Silva Teixeira, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, João Fernando da Costa Morgado e Adelino Joaquim Machado Soares. -----

Retomado o ponto um da Ordem de Trabalhos, foi a ata nº 11 aprovada por unanimidade, com as alterações propostas. -----

Ponto seis – Discussão e Votação do Regulamento da Feira -----

A Vogal Secretária Teresa Raposo, na qualidade de membro da Comissão de Revisão do Regulamento da Feira começou por dizer que esta reuniu por diversas vezes trabalhando com base no Regulamento que tinha sido proposto anteriormente, mas que, tendo em conta a futura delegação de competências, não tinha chegado a ser aprovado em sede de Executivo. Foram consagradas algumas outras alterações que se prenderam com a entrada em vigor da nova legislação respeitante às feiras, que veio obrigar à existência de um sorteio para a atribuição dos lugares da feira. Com isso foi necessário redigir o procedimento de atribuição de lugares, aproveitando-se para alterar o horário da feira e também a sua não realização em determinados dias feriados. -----

O Sr. Presidente diz que era suposto este Regulamento estar aprovado na sessão anterior de modo a poder ser cumprido o prazo de quinze dias de consulta obrigatória às Associações representativas dos feirantes. Refere que esta consulta é obrigatória, muito embora os pareceres dados não sejam vinculativos, até porque teme que as duas Associações expressem opiniões divergentes. Sugere que seja aprovado agora o Regulamento e enviado à Assembleia de Freguesia que reunirá em dezembro, ficando esta aprovação condicionada à sua ratificação na primeira reunião de janeiro. Se durante este prazo as Associações efetuarem propostas pertinentes que sejam de verter neste documento, ele será alterado e novamente presente à Assembleia de Freguesia para aprovação. Se pelo contrário, as sugestões não sejam de considerar, por eventualmente serem contraditórias ou não traduzirem os objetivos da Junta de Freguesia, o regulamento considera-se aprovado em dezembro. -----

O Sr. Presidente sugere que os lugares a sorteio sejam atribuídos por um prazo de três anos ou por um período nunca inferior a um ano, mas a determinar por deliberação do Executivo, alterando-se assim a redação do artigo 8º nº 2. -----

O Regulamento da Feira foi aprovado por unanimidade com a alteração proposta. -----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu a reunião por encerrada. -----

A JUNTA







